



## **REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE ABUSO INFANTIL NO CONTEXTO DA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

Lavínia Ferreira Boaro<sup>1</sup>, Flávia Adriane Mapa<sup>1</sup>, Maria Clara Cerqueira Chaves<sup>1</sup>, Carlos Henrique Miranda Andrade<sup>1</sup>, Olivia Rosa Fernandes<sup>1</sup>, Taylon Batista dos Santos<sup>1</sup>, Thiago Oliveira Cordeiro<sup>1</sup>, Anna Camilo de Campos<sup>1</sup>, Rafael Soares Xavier<sup>1</sup>, Ana Clara Magalhães Generoso<sup>1</sup>, Arthur Faria dos Santos Lamounier<sup>1</sup>, Mariane Gomes Barbosa<sup>1</sup>.



<https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n10p1274-1282>

Artigo recebido em 30 de Julho e publicado em 09 de Outubro de 2024

### ARTIGO ORIGINAL

#### **RESUMO**

Este artigo tem por objetivo realizar uma varredura da literatura médica sobre os atravessamentos e potencialidades das ações dentro do contexto da urgência e emergência no cuidado à criança vítima de abuso infantil. Foi realizado uma revisão bibliográfica nas bases de dados LILACS, Medline e SciElo, com artigos selecionados do período entre 2011 e 2021. Os descritores utilizados foram “abuso infantil”, “urgência e emergência” e “abuso sexual de crianças e adolescentes”. Conclui-se o enfrentamento do abuso infantil requer uma abordagem integrada que envolva capacitação profissional, políticas públicas eficazes e ações comunitárias, visando à proteção e à prevenção desse grave problema de saúde pública.

**Palavras-chave:** Abuso infantil, abuso sexual de crianças e adolescentes, negligência infantil, violência infantil, maus-tratos infantis.

# INTEGRATIVE REVIEW ON CHILD ABUSE IN THE CONTEXT OF URGENCY AND EMERGENCY

## ABSTRACT

This article aims to scan the medical literature on the implications and potential of actions within the context of urgency and emergency care for children who are victims of child abuse. A bibliographic review was carried out in the LILACS, Medline and SciELO databases, with articles selected from the period between 2011 and 2021. The descriptors used were “child abuse”, “urgency and emergency” and “sexual abuse of children and adolescents”. In conclusion, tackling child abuse requires an integrated approach that involves professional training, effective public policies and community actions, aimed at protecting and preventing this serious public health problem.

**Keywords:** Child abuse, sexual abuse of children and adolescents, child neglect, child violence, child maltreatment.

**Instituição afiliada** – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

**Autor correspondente:** *Lavínia Ferreira Boaro* [laviniafboaro@gmail.com](mailto:laviniafboaro@gmail.com)

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



## **INTRODUÇÃO**

O abuso sexual infantil consiste na coação, ilusão ou ameaça de uma criança por um indivíduo em condições superiores de idade, posição social ou econômica e inteligência, constituindo-se, assim, uma violação de sua intimidade e sua sexualidade (CAVALCANTE *et al.*, 2019; WOISKI; ROCHA, 2010). É importante destacar que esse ato de violência interpessoal na maioria dos casos é cometido por pessoas de seu convívio diário e até mesmo por seus próprios responsáveis (FERREIRA, 2012). Sobre os tipos de violência infantil, o ECA os classifica em violência física, psicológica, sexual e institucional, sendo indispensável salientar que a vítima pode sofrer mais de um tipo de violência concomitantemente, e que quaisquer formas de abuso podem levar a situações que necessitem do uso do serviço de urgência e emergência.

À vista disso, como uma das primeiras linhas de cuidado no abuso infantil tem-se a urgência e emergência. Dessa forma, nota-se a incontestável importância de uma adequada conduta dos profissionais nesses serviços, uma vez que em muitos casos essa é a única chance de proteção da vítima. Portanto, é essencial que se tenha um acolhimento adequado, a fim de se obter dados necessários para o prosseguimento do caso, bem como evitar constrangimentos à criança, visando não comprometer o atendimento nem a proteção da vítima (FERREIRA, 2012). Para que essas ações sejam eficazes é fundamental a atuação de uma equipe multidisciplinar que inclua não só os profissionais da urgência e emergência, mas também psicólogos, assistentes sociais e conselheiros tutelares, com o intuito de se ter uma abordagem mais diversificada (GUZZO *et al.*, 2010).

Sendo assim, a vulnerabilidade infantil associada ao contexto histórico excludente, que resultou nas diversas formas de abuso infantil, corrobora para demonstrar a importância de um acolhimento adequado nos serviços de urgência e emergência, por meio de medidas multidisciplinares. Dessa forma, nota-se um longo caminho a se percorrer, que se inicia desde o cuidado à criança que sofreu algum tipo de abuso até os desafios e atravessamentos que ainda persistem e as potencialidades apontadas pelas produções científicas brasileiras.

Sendo assim, o objetivo desse artigo foi analisar os atravessamentos e

potencialidades das ações dentro do contexto da urgência e emergência no cuidado à criança vítima de abuso infantil.

## **METODOLOGIA**

Tratou-se de uma revisão integrativa das produções científicas brasileiras que identificou e analisou os atravessamentos e potencialidades de ações de cuidado à criança que passou por abuso infantil no contexto de urgência e emergência. Foi utilizado neste estudo uma abordagem qualitativa e exploratória. A revisão integrativa foi realizada na Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências e Saúde (LILACS), Análise de Literatura Médica (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online) (Medline) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Os descritores estabelecidos foram: Abuso infantil, abuso sexual de crianças e adolescentes, negligência infantil, violência infantil, maus-tratos infantis. Os critérios de inclusão foram: ser artigo completo e disponível online, estar publicado no período de 2011 a 2021 e estar disponível em língua portuguesa.

## **RESULTADOS**

Dentro do descritor “abuso infantil”, encontramos 572 artigos, no de “urgência e emergência”, foram 3.385 artigos e no descritor “abuso sexual de crianças e adolescentes”, foram 329 artigos. Ao cruzarmos os descritores “abuso infantil” com “urgência e emergência”, achamos 11 artigos, “urgência e emergência” com “abuso sexual de crianças e adolescentes”, achamos 8 artigos e “abuso sexual de crianças e adolescentes” com “abuso infantil”, encontramos 219 artigos.

Juntando todas as bases de dados apenas dos descritores cruzados “abuso infantil and urgência e emergência”, “urgência e emergência and abuso sexual de crianças e adolescentes” e “abuso sexual de crianças e adolescentes and abuso infantil”, foram encontrados 238 artigos. Após a leitura rápida dos títulos e dos resumos dos artigos, constatou-se que não preenchiam critérios desde artigo, sobrando 44 artigos. Destes, foram selecionados 8 artigos para a leitura e excluídos os que não diziam respeito ao propósito deste trabalho e os que se repetiram nas diferentes bases de dados.

Ao se analisar os conteúdos selecionados, observa-se que todos os 8 estudos trouxeram como desafio no abuso sexual no contexto da urgência e emergência a questão da subnotificação da violência. No Brasil, a partir de 1990, os instrumentos legais de proteção contra a violência na infância e na adolescência passaram a estar previstos na Constituição Brasileira da Criança e do Adolescente obrigatória (artigo 245.º) mesmo em caso de mera dúvida (BRASIL, Ministério da Saúde. 1990). Apesar da obrigatoriedade de notificação, o número de despedimentos e notificações é infinitamente inferior à realidade esperada (PFEIFFER *et al.*, 2011). Nesse contexto, muitas vezes, profissionais de primeiros socorros hospitalares, como enfermeiros e médicos, têm maior probabilidade de reconhecer casos de violência contra crianças e jovens, especialmente violência sexual (NUNES; MORAES, 2021). Porém, por algumas adversidades, esses profissionais e outros também, como psicólogos, assistentes sociais e terapeutas, não conseguem fazer essa notificação de forma satisfatória para o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). São vários obstáculos que precisam ser avaliados e solucionados da maneira mais satisfatória possível.

Apesar do tema estar bem difundido no nosso meio, o sigilo da situação de violência infantil manifesta-se na subnotificação, o que acarreta necessidade de encontrar mecanismos que facilitem as denúncias (CHAVES *et al.*, 2020). Esse sigilo do abuso pode ser por vários motivos, como negligência familiar ou medo da própria criança de contar o que aconteceu por medo de futuras punições (ZAMBON *et al.*, 2012). Por isso é importante ter profissionais capacitados para atender casos dessa complexidade, para não deixar passar, durante a consulta, indícios de que a criança ou o adolescente está sofrendo maus tratos. Estes, segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, podem ser classificados em maus tratos físicos, abuso sexual, maus-tratos psicológicos e negligência. A vulnerabilidade da infância, a violência silenciosa, a dificuldade na identificação e mensuração dos casos são alguns fatores que auxiliam na falta de denúncias e na subnotificação.

Outro contratempo que se observa é sobre o preenchimento do formulário de atendimento às vítimas de violência sexual para o SINAN. O preenchimento incompleto de todos os pontos solicitados na ficha de notificação impossibilitou a análise de variáveis importantes no estudo de CHAVES *et al.* 2020, onde não foi possível saber, por exemplo, se é a primeira vez que uma criança foi vitimizada ou não; se o abusador usava

álcool ou outras drogas; se a vítima tinha alguma deficiência; se existem outros tipos de violência entre outras condições. Essa situação corrobora a falta de capacitação dos profissionais de saúde frente a essas situações. Somado a isso, estudos destacam outras dificuldades apontadas pelos profissionais em seu trabalho: falta de conhecimento sobre o comportamento correto diante da situação; incerteza no diagnóstico e medo de estar envolvido legalmente. Ademais, outros aspectos destacam-se também como o preparo técnico insuficiente, falta de conhecimento especializado, conhecimento insuficiente na graduação e treinamento, falta de comunicação entre equipes e serviços, sobrecarga de trabalho e falta de apoio devido ao trabalho exaustivo. (NUNES; MORAES, 2021). Isso tudo mostra que, se tivesse uma equipe multidisciplinar capacitada e sensibilizada para lidar com os casos, provavelmente teria mais dados referentes ao abuso infantil, e o manejo dessas situações seriam realizados da melhor maneira possível.

Além disso, é importante citar a notificação como ponto essencial para o enfrentamento da violência e para a recuperação dos direitos violados, uma vez que, por meio dela, passa-se a ter as informações necessárias para uma ação pública mais direcionada e eficaz. Desse modo, evidencia-se a indispensabilidade de ações intersetoriais com a criação de instrumentos de notificação, tratamento e análise de dados, bem como a promoção de fluxo contínuo de dados (DESLANDES *et al.*, 2011). Ainda sobre essa temática, vale destacar a utilização de métodos classificatórios de gravidade como forma de se estabelecer parâmetros de urgência e emergência, bem como de criar fluxos e de definir a complexidade da conduta e das ações de proteção da vítima. (PFEIFFER *et al.*, 2011)

Para mais, evidenciou-se que a atuação dos profissionais de saúde deve transcender o âmbito da instituição em que trabalha, pautando-se na garantia de direitos e na efetivação das políticas públicas, por meio da articulação com outros profissionais e instituições de rede, como de assistência social, de educação, de justiça e de segurança, destacando-se a importância da integração entre Conselho Tutelar, CREAS e serviços de saúde. Sendo assim, cabe aos serviços especializados de saúde o atendimento integral à vítima de acordo com os fluxos e protocolos estabelecidos, atuando no acolhimento, atendimento, notificação e seguimento do cuidado (MS, 2012).

Ademais, observou-se a importância de se promover ações de proteção e prevenção do abuso sexual infantil, sendo necessário o conhecimento acerca da realidade e particularidade de cada território. Ainda a respeito das ações de enfrentamento dessa problemática da saúde pública, Deslandes *et al.* (2011) cita como indicadores de enfrentamento de violência sexual: a realização de ações de proteção e prevenção da violência entre família e comunidade; atenção às vítimas; garantia de direitos; qualificação no ato de notificação e de registro e responsabilização dos causadores do abuso.

Por fim, ao analisar as literaturas, verificou-se ser imprescindível a atenção integral às vítimas, uma vez que as situações de violência têm repercussão nociva na infância e na adolescência, com consequências imediatas e/ou tardias nos âmbitos psicológico e social (PFEIFFER *et al.*, 2011), produzindo desde comportamentos não adaptativos e déficits emocionais, até transtornos mentais graves (REICHENHEIM *et al.*, 2011; HORONOR, 2002). Para mais, além dos danos citadas anteriormente, ressalta-se a exposição a infecções sexualmente transmissíveis e a necessidade de cessação de gravidez como sérios agravantes da violência sexual que também fazem com que haja a indispensabilidade de um acompanhamento contínuo dessas vítimas (CHAVES *et al.*, 2020).

Diante do exposto, na suspeita de abuso infantil deve-se sempre notificar, bem como dispor de uma equipe multiprofissional, com médicos, psicólogos, assistentes sociais, conselhos tutelares, bem como amparo legal, com o intuito de promover ações de prevenção e cuidado integral à vítima, para o ideal acompanhamento de sequelas psicológicas e físicas (ZAMBOM *et al.*, 2012). Para isso, é imprescindível a capacitação dos profissionais na linha de frente, a atuação de uma equipe multidisciplinar e o enfrentamento à subnotificação dos casos de violência.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O abuso infantil, uma grave questão de saúde pública, envolve diversas formas de maltrato, como o abuso sexual, que ocorre frequentemente por pessoas próximas à criança. As consequências desse abuso são severas, tanto individuais quanto sociais. Para lidar com essas situações, é crucial que os serviços de urgência tenham equipes



multidisciplinares capacitadas para acolher e proteger as vítimas.

Além de ações comunitárias para prevenir a violência, a notificação compulsória dos casos de abuso é uma ferramenta importante para aprimorar a resposta dos profissionais de saúde. No entanto, desafios como a falta de informação sobre as vítimas, desconhecimento dos sinais de abuso, e problemas estruturais nas instituições dificultam a identificação e a denúncia dos casos.

Portanto, é necessário realizar estudos para entender a prevalência do abuso, capacitar profissionais da saúde, garantir a privacidade das vítimas e implementar políticas públicas que abordem a prevenção do abuso em diversos contextos sociais.

## REFERÊNCIAS

Ferreira AL. **A criança vítima de violência.** - Revista de Pediatria SOPERJ. 2012;13(2):4-9

WOISKI, Ruth Oliveira Santos; ROCHA, Daniele Laís Brandalize. Cuidado de enfermagem à criança vítima de violência sexual atendida em unidade de emergência hospitalar. **Escola Anna Nery**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 143-150, mar. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1414-81452010000100021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/mNqcgm34rBL9QzmRqTJznMq/?lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2022.

CAVALCANTE, Christina Souto *et al.* Assistência de enfermagem em crianças que sofreram abuso sexual. **Referências em Saúde da Faculdade Estácio de Sá de Goiás-RRS-FESGO**, v. 2, n. 01, p. 121-125, 2019.

GUZZO, Ana Cristina Álvares *et al.* Protocolo de atenção integral a criança e adolescentes vítimas de violência: uma abordagem interdisciplinar na saúde. In: **Protocolo de atenção integral a criança e adolescentes vítimas de violência: uma abordagem interdisciplinar na saúde.** 2010. p. 28-35

NUNES, Mykaella Cristina Antunes; MORAES, Normanda Araújo de. **Práticas Profissionais relacionadas às Demandas de Violência Sexual: Revisão da Literatura Nacional.** Psicologia:





Ciência e Profissão, [s. l.], 2021.

CHAVES, Larissa Nogueira *et al.* **Epidemiologia do abuso sexual contra crianças e adolescentes admitidas em um hospital de referência da amazônia brasileira: um estudo exploratório-descritivo.** Diagn Tratamento. , [s. l.], 2020.

Brasil - Presidência da República. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: Presidência da República; 1990.

PFEIFFER, Luci *et al.* **Violência contra crianças e adolescentes - proposta de classificação dos níveis de gravidade.** Revista Paulista de Pediatria, [s. l.], 2011.

ZAMBON, Mariana Porto *et al.* **Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio.** Revista da Associação Médica Brasileira, [s. l.], 2012.

Reichenheim ME, de Souza ER, Moraes CL, de Mello Jorge MH, da Silva CM, de Souza Minayo MC. **Violence and injuries in Brazil: the effect, progress made, and challenges ahead.** Lancet. 2011 Jun 4;377(9781):1962-75. doi: 10.1016/S0140-6736(11)60053-6.

DESLANDES, Suely Ferreira *et al.* **Indicadores das ações municipais para a notificação e o registro de casos de violência intrafamiliar e exploração sexual de crianças e adolescentes.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 27, n. 8, p. 1633-1645, ago. 2011.